

# **Demonstrações Financeiras**

## **Cemig Trading S.A.**

31 de dezembro de 2018  
com Relatório do Auditor Independente

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES .....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	17
5. CLIENTES .....	17
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	18
7. IMPOSTO, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	18
8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	18
9. RECEITA.....	20
10. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	20
11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	21
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	21
13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	22
14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	23
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	27
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL.....	30
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	31

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018**

Senhores Acionistas,

A Cemig Trading S.A. (“Companhia” ou “Cemig Trading”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### **COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$1.000 mil, dividido em 1.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão (“CEMIG GT”).

### **DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS**

#### ***Resultado do Exercício***

A Companhia obteve um Resultado de R\$53.518 mil em 2018, em comparação a R\$56.126 mil no exercício de 2017, representando uma diminuição de 4,65%. Este resultado é oriundo de atividades de intermediação de negócios relacionados à escolha de fornecedor de energia, representando R\$53,52 por ação.

#### ***Índices econômico-financeiros***

##### **Liquidez corrente**

A Liquidez corrente reflete quanto a Companhia possui de recursos circulantes para quitar suas exigibilidades de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2018, a liquidez corrente foi de R\$18,25 (R\$22,46 em 31 de dezembro de 2017).

##### **Rentabilidade do Patrimônio Líquido**

A Rentabilidade do PL indica quanto a Companhia obteve de lucro para cada R\$ 100,00 de capital próprio aplicado. Os valores encontrados nos dois anos analisados apresentam uma rentabilidade positiva, sendo 191,42% em 31 de dezembro de 2018 e 192,17% em 31 de dezembro de 2017.

**Imposto de Renda e Contribuição Social**

Em 2018, a Companhia apurou o montante de R\$7.525 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 12,33% em relação ao Resultado de R\$61.043 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no exercício de 2017, a Companhia apurou o montante de R\$8.181 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 12,72% em relação ao Resultado de R\$64.307 mil antes dos efeitos fiscais.

**Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA**

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2018, o LAJIDA foi de R\$59.190 mil (R\$61.309 mil no exercício de 2017) e a Margem do LAJIDA foi de 99,71% no mesmo período (99,81% no exercício de 2017), conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017	Var. %
<b>Resultado Líquido</b>	53.518	56.126	(4,65)
Provisão IR e Contribuição Social	7.525	8.181	(8,02)
Resultado Financeiro	(1.853)	(2.998)	(38,19)
<b>LAJIDA</b>	<b>59.190</b>	<b>61.309</b>	<b>(3,46)</b>

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO**

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019, que ao Resultado do exercício de 2018, no montante de R\$53.518 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$176 mil referentes a dividendos estatutários;
- R\$26.583 mil de dividendos intermediários pagos; e,
- R\$26.759 mil para pagamento de dividendos adicionais.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A administração da Cemig Trading S.A. manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais, Municipais e à Diretoria.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

**(Em milhares de Reais)**

### ATIVO

	Nota	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	5.261	4.867
Títulos e Valores mobiliários	4	16.333	19.658
Clientes	5	5.657	5.588
Tributos Compensáveis	6	105	32
Outros		43	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>27.399</b>	<b>30.145</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e Valores mobiliários	4	2.170	540
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.170</b>	<b>540</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>29.569</b>	<b>30.685</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017****(Em milhares de Reais)****PASSIVO**

	Nota	2018	2017
<b>CIRCULANTE</b>			
Transações com Partes Relacionadas	13	33	5
Impostos, Taxas e Contribuições	7a	20	29
Imposto de Renda e Contribuição Social	7b	1.270	1.291
Dividendos a Pagar	8	176	-
Outras Obrigações		2	17
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.501</b>	<b>1.342</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7c	109	137
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>109</b>	<b>137</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.610</b>	<b>1.479</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social	8	1.000	1.000
Reservas de Lucros		26.959	28.206
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>27.959</b>	<b>29.206</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>29.569</b>	<b>30.685</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017****(Em milhares de Reais, exceto resultado por Ação)**

	Nota	2018	2017
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	9	<b>59.360</b>	<b>61.426</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	10		
Custo com Energia		(3)	(9)
Pessoal		(74)	(15)
		<b>(77)</b>	<b>(24)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	10		
Materiais		(1)	(1)
Serviços de Terceiros		(81)	(82)
Tributos		(3)	(6)
Outras		(8)	(4)
		<b>(93)</b>	<b>(93)</b>
<b>CUSTO/DESPESA TOTAL</b>		<b>(170)</b>	<b>(117)</b>
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>59.190</b>	<b>61.309</b>
Receitas Financeiras	11	1.853	3.081
Despesas Financeiras	11	-	(83)
		<b>1.853</b>	<b>2.998</b>
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>		<b>61.043</b>	<b>64.307</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	12	(7.553)	(8.318)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	28	137
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>53.518</b>	<b>56.126</b>
<b>RESULTADO POR AÇÃO – R\$</b>		<b>53,52</b>	<b>56,13</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017****(Em milhares de Reais)**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	53.518	56.126
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>53.518</b>	<b>56.126</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por Ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>1.000</b>	<b>200</b>	<b>27.435</b>	-	<b>28.635</b>
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2016 (R\$27,44 por ação)	-	-	(27.435)	-	(27.435)
Resultado do Exercício	-	-	-	56.126	56.126
Dividendos Intermediários (R\$28,12 por ação)	-	-	-	(28.120)	(28.120)
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos Adicionais Propostos (R\$28,01 por ação)	-	-	28.006	(28.006)	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>1.000</b>	<b>200</b>	<b>28.006</b>	-	<b>29.206</b>
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2017 (R\$28,01 por ação)	-	-	(28.006)	-	(28.006)
Resultado do Exercício	-	-	-	53.518	53.518
Dividendos Intermediários (R\$26,58 por ação)	-	-	-	(26.583)	(26.583)
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos Estatutários (R\$0,18 por ação)	-	-	-	(176)	(176)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$26,76 por ação)	-	-	26.759	(26.759)	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>1.000</b>	<b>200</b>	<b>26.759</b>	-	<b>27.959</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

**(Em milhares de Reais)**

	2018	2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Exercício	53.518	56.126
<b>Ajustes por:</b>		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(28)	(137)
	<u>53.490</u>	<u>55.989</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Clientes	(69)	(414)
Tributos Compensáveis	(73)	15
Outros Créditos	(43)	-
	<u>(185)</u>	<u>(399)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Transações com Partes Relacionadas	28	(316)
Impostos, Taxas e Contribuições	(9)	4
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.563	5.996
Outras Obrigações	(15)	16
	<u>5.567</u>	<u>5.700</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	58.872	61.290
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.584)	(6.233)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b><u>53.288</u></b>	<b><u>55.057</u></b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Em Títulos e Valores Mobiliários	1.695	(2.006)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b><u>1.695</u></b>	<b><u>(2.006)</u></b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos	(54.589)	(55.555)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b><u>(54.589)</u></b>	<b><u>(55.555)</u></b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b><u>394</u></b>	<b><u>(2.504)</u></b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e Equivalente de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.867	7.371
Caixa e Equivalente de caixa no fim do exercício (Nota 3)	<u>5.261</u>	<u>4.867</u>
	<b><u>394</u></b>	<b><u>(2.504)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Trading S.A. (“Companhia” ou “Cemig Trading”), sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“CEMIG GT”), foi constituída em 24 de julho de 2002, domiciliada no Brasil, com endereço na Rua dos Aimorés, 3.000, 7º andar, sala 702, Barro Preto, Belo Horizonte - MG, CEP 30140-073.

Tem por objetivos:

- Comprar e vender energia nas suas diferentes formas e modalidades, incluindo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;
- Prestar serviços associados às atividades de comercialização de energia, em todas as suas formas e modalidades no âmbito dos mercados brasileiro e de outros países;
- Prestar serviços de intermediação de negócios relacionados a escolha de fornecedor de energia, a geradores e produtores independentes e a qualquer agente autorizado a comercializar energia;
- Desenvolver atividades relacionadas a comercialização de energia em todas as suas modalidades, considerando os aspectos físico, financeiro e operacional, objetivando a realização de negócios relacionados a compra e venda de energia.

Através da Resolução nº 117, de 28 de março de 2005, a ANEEL autorizou a Companhia a comercializar energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A Companhia iniciou suas atividades em maio de 2006 e, durante os exercícios de 2018 e 2017, o resultado da Companhia provém exclusivamente da prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à escolha de fornecedor de energia.

## **Mudanças no Estatuto Social da Companhia – aprimoramento da Governança Corporativa**

Em junho de 2018, a Assembleia Geral aprovou alterações no Estatuto Social da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- Criação de Comitê de Auditoria;
- Manutenção do Conselho Fiscal, passando a ser de caráter permanente;
- Alteração da destinação do Lucro Líquido, passando de 25% para 50% o mínimo destinado a dividendos obrigatórios.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de maio de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### **2.2 Bases de mensuração**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a

aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Clientes (contas a receber não faturado).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## **2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018**

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas mas ainda não vigentes.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

- CPC 47 – Receita de Contratos com clientes

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs. Adicionalmente, o CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

■ **CPC 48 – Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo do CPC 38 sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes no CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	Classificação	
	CPC 38	CPC 48
<b>Ativos Financeiros</b>		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Adiantamento a Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Passivos Financeiros</b>		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado

1) A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com o CPC 48;

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

**2.6. Normas emitidas mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

■ **CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil**

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

#### ■ ICPC 22

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito deste CPC nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia ainda está avaliando os potenciais efeitos da aplicação dessa nova Interpretação sobre os valores e divulgações apresentados em suas demonstrações financeiras.

A Companhia analisou as demais normas alteradas e interpretações não vigentes e concluiu que as mesmas não deverão ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

## **2.7 Principais Práticas Contábeis**

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Cientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

c) Receita

A Companhia reconhece a receita como agente, pois não tem exposição a riscos e benefícios significativos associados com a venda de energia, sendo seu ganho predeterminado, por uma comissão em relação ao megawatt faturado ao cliente.

As receitas são reconhecidas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais vigentes no momento da interveniência da Companhia na transação da comercialização de energia entre os agentes.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

d) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2018	2017
Contas Bancárias	13	24
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	112	727
Operações Compromissadas	5.136	4.116
	<b>5.261</b>	<b>4.867</b>



Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que foi de 75% em 2018 (75% em 2017) conforme operação.

As operações compromissadas consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% em 2018 (6,89% em 2017).

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
<b>Aplicações Financeiras</b>		
<b>Circulante</b>		
Certificados de Depósitos Bancários	-	45
Letras Financeiras - Bancos	9.780	5.509
Letras Financeiras do Tesouro	5.711	13.438
Debêntures	842	666
	<b>16.333</b>	<b>19.658</b>
<b>Não Circulante</b>		
Letras Financeiras - Bancos	2.170	-
Debêntures	-	540
	<b>2.170</b>	<b>540</b>
	<b>18.503</b>	<b>20.198</b>

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 102% e 111,25% em 2018 (entre 102,1% e 112% em 2017) do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% e 151% em 2018 (entre 104,25% e 161,54% em 2017) do CDI.

#### 5. CLIENTES

	Saldos Vencidos até 90 dias	Total	
		2018	2017
Usiminas	3.663	3.663	3.286
Arcelormittal	1.311	1.311	1.318
Aperam	668	668	970
Hidrelétrica Pipoca	15	15	14
<b>Saldo Clientes</b>	<b>5.657</b>	<b>5.657</b>	<b>5.588</b>

A Companhia não constituiu Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa pelo fato da Administração não considerar que haja riscos significativos de perdas na realização destas contas a receber.

## 6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2018	2017
<b>Circulante</b>		
PIS-PASEP	19	6
COFINS	86	26
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>32</b>

## 7. IMPOSTO, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

### a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2018	2017
<b>Circulante</b>		
ISS	20	29
	<b>20</b>	<b>29</b>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2018	2017
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda	987	999
Contribuição Social	283	292
	<b>1.270</b>	<b>1.291</b>

### c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2018	2017
<b>Não Circulante</b>		
Imposto de Renda Diferido	80	101
Contribuição Social Diferido	29	36
	<b>109</b>	<b>137</b>

## 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social era de R\$1.000 mil, representado por 1.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

**a) Reservas**

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

<b>Reservas de Lucros</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Reserva Legal	200	200
Retenção de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	26.759	28.006
	<b>26.959</b>	<b>28.206</b>

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. No exercício de 2018 não foi constituída Reserva Legal, uma vez que está limitada a 20% do Capital Social.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Conta Reservas de Lucros os dividendos propostos pela Administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no Estatuto Social, no exercício de 2018, no valor de R\$26.759, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

**b) Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício (25% em 2017), ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício	53.518	56.126
Reserva Legal Constituída	-	-
	<b>53.518</b>	<b>56.126</b>
Dividendos Obrigatórios	26.759	14.032
Dividendos Intermediários	26.583	28.120
Dividendos Estatutários	176	-
	<b>26.759</b>	<b>28.120</b>
Dividendos Adicionais Propostos	26.759	28.006
<b>Total dos Dividendos</b>	<b>53.518</b>	<b>56.126</b>

## Destinação do Resultado de 2018 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019, que ao resultado do exercício de 2018, no montante de R\$53.518, seja dada a seguinte destinação:

- R\$176 referentes a dividendos estatutários;
- R\$26.583 de dividendos intermediários pagos; e,
- R\$26.759 para pagamento de dividendos adicionais.

## **9. RECEITA**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Prestação de Serviços	63.593	65.781
Transações com Energia na CCEE	2	7
Deduções à receita operacional (a)	(4.235)	(4.362)
	<b>59.360</b>	<b>61.426</b>

### **a) Deduções à Receita Operacional**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
ISSQN	(1.914)	(1.961)
COFINS	(1.908)	(1.973)
PASEP	(413)	(428)
	<b>(4.235)</b>	<b>(4.362)</b>

## **10. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Pessoal	74	15
Materiais	1	1
Serviços de Terceiros (a)	81	82
Tributos	3	6
Custo com Energia Elétrica	3	9
Outras	8	4
	<b>170</b>	<b>117</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>77</b>	<b>24</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>93</b>	<b>93</b>
<b>TOTAL</b>	<b>170</b>	<b>117</b>

**a) Serviços de Terceiros**

	2018	2017
Taxa de Inscrição – Cursos Externos	-	19
Publicações Legais	34	31
Auditoria Externa	17	17
Tecnologia da Informação	27	8
Outros	3	7
	<b>81</b>	<b>82</b>

**11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	2018	2017
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	1.846	3.080
Variação Monetária	7	1
	<b>1.853</b>	<b>3.081</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Outras despesas financeiras	-	(83)
	-	(83)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>1.853</b>	<b>2.998</b>

**12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	2018	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita com prestação de serviços	63.589	63.589
Percentual de Presunção	32%	32%
	20.348	20.348
Liquidação de Energia na CCEE	2	2
Percentual de Presunção	8%	12%
	-	-
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	1.929	1.929
Outras Receitas Financeiras	7	7
Base de Cálculo - Lucro Presumido	22.284	22.284
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	3.343	2.006
Adicional (10% valor superior a R\$240)	2.204	-
<b>IR e CS – Lucro Presumido</b>	<b>5.547</b>	<b>2.006</b>
Rendas não resgatadas	(83)	(83)
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	(21)	(7)
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>5.526</b>	<b>1.999</b>
<b>Corrente</b>	<b>5.547</b>	<b>2.006</b>
<b>Diferido</b>	<b>(21)</b>	<b>(7)</b>

	2017	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita com prestação de serviços	65.781	65.781
Percentual de Presunção	32%	32%
	21.050	21.050
Liquidação de Energia na CCEE	7	7
Percentual de Presunção	8%	12%
	1	1
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	3.483	3.483
Outras Receitas Financeiras	1	1
Base de Cálculo - Lucro Presumido	24.535	24.535
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	3.680	2.208
Adicional (10% valor superior a R\$240)	2.430	-
IR e CS – Lucro Presumido	6.110	2.208
Rendas não resgatadas	(404)	(404)
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferidos	(101)	(36)
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>6.009</b>	<b>2.172</b>
<b>Corrente</b>	<b>6.110</b>	<b>2.208</b>
<b>Diferido</b>	<b>(101)</b>	<b>(36)</b>

### 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	PASSIVO		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017
<b>Controladores</b>				
<b>CEMIG GT</b>				
<b>Circulante</b>				
Dividendos a Pagar	176	-	-	-
Cessão de Pessoal (1)	-	-	-	(15)
<b>CEMIG H</b>				
<b>Circulante</b>				
Convênio de Cooperação (2)	33	5	(90)	(45)

(1) Reembolso de despesas com Pessoal cedido da Controladora para a Companhia;

(2) Convênio de Cooperação Técnica entre a Companhia e empresas do Grupo Cemig instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

### Remuneração do Pessoal Chave

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	2018	2017
Remuneração	4	2
Participação nos resultados (reversão)	1	-
Benefícios assistenciais	-	-
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>2</b>

### Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig Trading aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2018.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, em 2018 e 2017, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2018	2017
				Cemig Trading 0,95%	Cemig Trading 1,30%
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	-	332
Cemig GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	-	65
Cemig GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	-	61
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	96	131
Light	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	68	259
Cemig D	Nota Promissória	151% do CDI	24/10/2018	504	-
				<b>668</b>	<b>848</b>

## 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2018		2017	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado (1)</b>					
Clientes	2	5.657	5.657	5.588	5.588
Títulos e Valores Mobiliários	2	2.852	2.852	908	908
		<b>8.509</b>	<b>8.509</b>	<b>6.496</b>	<b>6.496</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	5.248	5.248	4.843	4.843
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	-	-	45	45
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	9.780	9.780	5.266	5.266
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	5.711	5.711	13.438	13.438
Debêntures	2	160	160	541	541
		<b>20.899</b>	<b>20.899</b>	<b>24.133</b>	<b>24.133</b>
		<b>29.408</b>	<b>29.408</b>	<b>30.629</b>	<b>30.629</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado (1)</b>					
Transações com Partes Relacionadas	2	33	33	5	5
		<b>33</b>	<b>33</b>	<b>5</b>	<b>5</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2018 e 2017.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.



- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

#### **b) Gestão de riscos**

##### *Risco de Crédito*

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

##### *Risco de Liquidez*

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Transações com Partes Relacionadas	33	-	-	-	-	33
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33</b>

\*\*\*\*\*

Dimas Costa  
Diretor-Presidente

Daniel Faria Costa  
Diretor

Maura Galuppo Botelho Martins  
Diretor

Leonardo George de Magalhães  
Superintendente de Controladoria  
Contador CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita  
Gerente de Contabilidade  
Contador CRC-MG 85.260

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Cemig Trading S.A.**  
Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Trading S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Trading S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Cláudia Gomes Pinheiro  
CRC-1MG089076/O-0

## RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Trading S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2018, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2019.

Francisco Luiz Moreira Penna

Eduardo José de Souza

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

## RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Cemig Trading S.A. | **CEMIG**

---

Cemig Trading S.A.  
CNPJ 05.263.973/0001-37 – NIRE 31300017010

### RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria declarou que examinou as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018, incluídas as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e os demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas, das ocorrências atípicas e dos seus impactos na situação patrimonial e nos resultados. O Comitê verificou que as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade, com a legislação societária brasileira e demais normas aplicáveis, retratando adequadamente a situação patrimonial da Cemig Trading S.A.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomendou a aprovação das Demonstrações Contábeis da Cemig Trading S.A., de 31 de dezembro de 2018.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2019.

Pedro Carlos de Mello - Coordenador

Márcio de Lima Leite - Membro

Renata Bezerra Cavalcanti - Membro